

ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

NOME BENEFICIÁRIO	LITORALRURAL-Associação de Desenvolvimento Regional
NIFAP	8590613
DESIGNAÇÃO	Litoral Rural 2030
OPERAÇÃO	10.1.1 – Preparação e reforço das capacidades, formação e ligação em rede dos GAL

1. A ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL LITORAL RURAL 2030

A presente EDL resulta de um processo, participado por todos agentes que integram a parceria, de co construção que assenta na identificação das oportunidades e carências que se colocam a este território rural que tem natureza específica por integrar uma área metropolitana.

2. CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DE INTERVENÇÃO

O Território de Intervenção (adiante designado TI) a que se dirige a EDL “Litoral Rural 2030” corresponde a 54 freguesias/UF dos concelhos da Maia, Matosinhos, Póvoa de Varzim, Santo Tirso, Vila do Conde e Trofa, estando integrado na NUTS III Área Metropolitana do Porto (AMP) e na NUTS II Norte, onde residem 307.486 habitantes, de acordo com o Censos 2021.

O TI desenvolve-se predominantemente nas bacias do Leça, Ave e Vizela, estendendo-se até ao Oceano Atlântico. É um território que apresenta um desenvolvimento socioeconómico semelhante ao nível dos seus vários concelhos, caracterizados por possuírem uma elevada presença de áreas agroflorestais, atividades agrícolas semelhantes (horticultura e produção leiteira) e dinâmicas sociais muito próprias.

Relativamente ao TI e aos seus limites importa referir que:

- Relativamente ao período de programação anterior, verifica-se um alargamento do TI através da inclusão de 15 freguesias, mais especificamente: Milheirós, Moreira, Nogueira e Silva Escura, Vila Nova da Telha e Pedrouços (concelho da Maia); UF de Custóias, Leça do Balio e Guifões (Matosinhos); UF de Aver-o-Mar, Amorim e Terroso (Póvoa de Varzim); Aves, Monte Córdova, Negrelos (São Tomé), Rebordões, Reguenga, Roriz, UF de Areias, Sequeiró, Lama e Palmeira, Vila Nova do Campo, UF de Carreira e Refojos de Riba de Ave, UF de Lamelas e Guimarei, Vilarinho (Santo Tirso) e UF de Bougado (São Martinho e Santiago) (Trofa);
- Nos termos do Ponto 2. Âmbito Territorial do aviso / convite DLBC Rural – 1.ª Fase – Reconhecimento dos Grupos de Ação Local e seleção das EDL, a delimitação do território de intervenção poderá elevar o limite de 200 mil habitantes, em situações devidamente justificadas.
- A fundamentação da proposta apresentada para os limites do TI assenta num conjunto de fatores e de fundamentos que de seguida se apresentam:
 - A dualidade urbano / rural, em que estes espaços são definidos por contraposição, é, atualmente, posta em causa por muitos autores, dada a crescente interpenetração e a fluidez existentes entre os territórios. Foi desta forma que surgiu o conceito de “Campo Urbano – Metrópole Rural” que tenta dar uma resposta positiva e integradora às questões com que se confrontam as bio regiões;
 - O contexto específico do TI, que integra a NUTS III Área Metropolitana do Porto, contempla uma ruralidade matizada que, apesar de manter os seus traços característicos, entrelaça o urbano, num equilíbrio da paisagem e da ecologia em que a terra agrícola e o espaço florestal têm uma forte presença e importância económica, social, cultural e ambiental;
 - Este espaço metropolitano rural, agrícola e florestal e as comunidades rurais cuja atividade depende desta infraestrutura verde não deverão, por isso, ser privadas dos apoios disponibilizados através da DLBC e, nessa medida, ser eventualmente lesadas pela sua integração em unidades territoriais que, até por força da recente reforma administrativa que levou a unificação de freguesias, abarcam uma população mais numerosa e densa;
 - Em favor do alargamento do TI, a freguesias com um n.º significativo de explorações agrícolas e uma percentagem relevante de SAU, concorre ainda um conjunto fatores que permitem viabilizar projetos e intervenções de desenvolvimento local rural que a experiência demonstra, doutra

forma, em espaços mais rarefeitos, dificilmente têm sucesso, pois este depende da existência de massa crítica, dimensão e acesso ao urbano de proximidade;

- o Entre estes, destacam-se projetos que pressupõe um acesso imediato e privilegiado a: (i) mercados consumidores com dimensão relevante, como as cadeias curtas de comercialização, a diminuição da pegada ecológica (ex. km 0), os mercados locais, o comércio eletrónico / digital de produtos agrícolas / hortícolas; (ii) à inovação e à tecnologia disponibilizadas através de instituições de conhecimento e de investigação como as que integram o TI (ex. Biopólis - Cibio, polos e inovação, etc.); (iii) a recursos humanos qualificados e a instituições de ensino profissional e superior especializadas que asseguram a sua disponibilidade (ex. Casa Escola Agrícola de Rates, Escola Agrícola Conde de São Bento, Instituto Politécnico do Porto, etc.)

Em conclusão, a Parceria do GAL Litoral Rural 2030 propõe uma conformação do Território de Intervenção que garante uma maior equidade, ao alargar o acesso aos apoios disponibilizados a comunidades rurais e explorações agrícolas que doutra forma ficariam injustificadamente arredadas deste importante instrumento, concorrendo para o afastamento da atividade agrícola, e, por outro lado, reforça a capacidade da EDL para atingir os resultados a que se propõe, no que toca a projetos em que a proximidade do urbano, a dimensão e a escala são determinantes do seu sucesso. Por esta razão, todas as freguesias que integram o TI, sem exceção, serão elegíveis para acolher intervenções no âmbito de qualquer medida de apoio contemplada na EDL.

3. CARACTERIZAÇÃO DA PARCERIA

A parceria GAL Litoral Rural 2030 designou como Entidade Gestora (EG) a “LITORALRURAL – ADR”, entidade promotora da presente candidatura. Relativamente ao anterior período de programação, a parceria conseguiu reforçar a sua dimensão, passando de 124 para 150 entidades, consolidando a sua representatividade e diversidade, bem como os âmbitos local, regional e nacional, e cobrindo todos os setores socioeconómicos representativos e relevantes para a concretização da EDL, a saber:

Setor	N.º	Setor	N.º	Setor	N.º
Agricultura	25	Floresta	3	Educação	8
Agroalimentar	15	Indústria	18	Social	13
Ambiente	2	Turismo	3	Administração local	57
Investigação	2	Património	3	Desenvolvimento rural	1

Destes 150 parceiros, 39% são de natureza pública e 61% de natureza privada/associativa/cooperativa.

Quando comparado com o verificado no anterior período de programação, a parceria regista a entrada de novos parceiros, o que equivale a um alargamento da base institucional de cerca de 15%.

A componente das entidades de natureza privada e/ou associativa que integram a parceria sai, significativamente, reforçada com a entrada de entidades relevantes, a título de exemplo: Vercoop – União de Adegas Cooperativas da Região dos Vinhos Verdes, com sede no Território de Intervenção; Biopólis – CIBIO; CONFAGRI – Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas; FORESTIS – Associação Florestal de Portugal; Leite do Campo Coop.

Desta forma, alarga-se o leque de setores socioeconómicos em relação ao anterior período de programação, sendo de realçar que se trata de entidades ativas em áreas e setores decisivos para enfrentar os desafios do desenvolvimento rural

Modelo Organizacional

Na implementação da EDL será dada continuidade ao modelo organizacional adotado no período 2014-2020, que assenta numa parceria informal corporizada pelo GAL Litoral Rural, de que a Litoral Rural – ADR é Entidade Gestora nos termos do acordo de parceria, opção justificada pela experiência ao serviço da gestão de programas e projetos de desenvolvimento rural, social e cultural, pela sua capacidade técnica para dar resposta às exigências associadas à função assumida e pelo reconhecimento atribuído por parte da rede de parceiros.

É de assinalar, no contexto do modelo organizacional, a Missão assumida pelo GAL Litoral Rural consiste em:

Promover e incentivar o desenvolvimento local de base comunitária nos territórios rurais da região norte da Área Metropolitana do Porto, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida nas suas diferentes dimensões.

O modelo procura minimizar custos e descentralizar competências, apostando na capacitação institucional e na valorização e qualificação dos recursos humanos das diferentes entidades envolvidas na parceria, procurando desta forma assegurar uma resposta de proximidade adequada às necessidades do território.

A seguir, apresenta-se, resumidamente, a descrição dos órgãos da **Associação entidade gestora**:

- **Assembleia Geral (AG):** um órgão colegial constituído por todos os associados da Entidade Gestora, cujas principais funções são o acompanhamento e avaliação da atividade da associação. Compete-lhe, ainda, eleger e destituir os titulares da Direção, do Conselho Fiscal e da Mesa da Assembleia Geral, apreciar e votar, anualmente, o Relatório e Contas e o Plano de Atividades para o exercício do ano seguinte, alterar os Estatutos aprovar e alterar o Regulamento Interno, deliberar sobre questões disciplinares nos termos dos Estatutos, apreciar e deliberar sobre recursos de deliberação da Direção, deliberar sobre a fusão ou dissolução da Associação, entre outros;
- **Direção:** órgão executivo a quem compete, dirigir, gerir e coordenar todas as atividades da Associação com vista à realização dos seus objetivos, efetuando todos os atos necessários ao seu funcionamento, cumprir e fazer cumprir os Estatutos, os regulamentos internos e as deliberações da Assembleia Geral, admitir e rejeitar pedidos de admissão de associados, representar a Associação submeter à apreciação da Assembleia Geral os assuntos sobre os quais esta deva pronunciar-se;
- **Conselho Fiscal (CF):** é da sua responsabilidade examinar, regularmente, conferir as contas, a caixa e os depósitos bancários, dar parecer sobre as questões que lhe forem solicitadas pela Direção, apresentar à Assembleia Geral relatório sobre a sua ação fiscalizadora e parecer sobre o Relatório e Contas, assistir às reuniões de Direção e apresentar sugestões que entender serem de interesse para a Associação

Por seu turno, a orgânica própria do **Gal Litoral Rural** é a seguinte:

- **Assembleia de Parceiros:** órgão plenário da Parceria que congrega todos os parceiros representativos dos diversos sectores presentes no TI, e por isso constitui uma plataforma fundamental de divulgação e animação, detendo como funções principais participar na construção da EDL, assegurar o acompanhamento da sua execução, propondo ajustamentos e recomendações que se mostrem oportunos;
- **Órgão de Gestão (OG):** representa a Parceria e a sua composição tem em consideração a representatividade setorial. O seu funcionamento é regulamentado de acordo com as orientações da respetiva AG. Assume atribuições específicas na gestão corrente da EDL - Estratégia de Desenvolvimento Local, nomeadamente (i) garantir a dinamização e gestão da EDL; (ii) Assegurar a participação dos parceiros na implementação, acompanhamento e avaliação da EDL; (iii) Representar o GAL junto das autoridades nacionais e comunitárias; (iv) Aprovar os documentos referentes aos procedimentos, regulamentos específicos e orientações técnicas; (v) Aprovar os avisos de abertura de concursos; (vi) Definir os critérios de seleção das candidaturas; (vii) Superintender na gestão técnica, administrativa e financeira do orçamento; (viii) Decidir sobre as candidaturas e pedidos de pagamento, garantido a segregação de funções; etc.
- **Estrutura Técnica Local (ETL):** que tem por função desenvolver as tarefas de carácter técnico, administrativo e financeiro de suporte à atividade do GAL e à operacionalização da EDL, salvaguardando integralmente o imperativo da segregação de funções.

4. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DO TERRITÓRIO DE INTERVENÇÃO

População

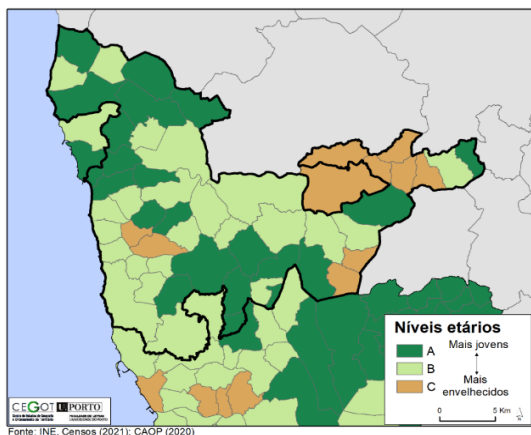
O território de intervenção (TI) consegue reter a população jovem e manter uma estrutura etária equilibrada (quase 50% da população tem menos de 45 anos). Entre 2011 e 2021, o reforço dos níveis de escolaridade é evidente e a população com ensino superior aumentou (de 10% para 15%).

Entre 2011 e 2021, a população residente diminuiu (-1,3%). As perdas são significativas nos grupos etários mais jovens (-33% com menos de 45 anos) e a população idosa ganha alta expressividade (+46%). Os territórios de cariz mais rural apresentam maior vulnerabilidade social, não só pela maior concentração de população idosa, mas também pelos níveis mais baixos de escolaridade e a maior dependência social (RSI, CSI, etc.).

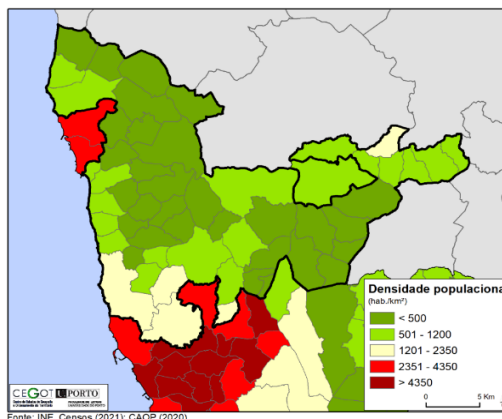
A grande proximidade à aglomeração populacional do Grande Porto abre novas oportunidades, pois o mercado tem dimensão e integra nichos diversificados de consumo. Além disso, potencia fluxos residenciais do centro metropolitano (mais denso e caro) para as periferias urbano-rurais (mais acessíveis e com melhores amenidades ambientais). A capacidade de atração de jovens e técnicos qualificados (nacionais e estrangeiros) potencia o empreendedorismo e o desenvolvimento local.

A diminuição da população em idade ativa compromete a renovação de gerações e os atuais modelos de desenvolvimento económico. O envelhecimento da população e o aumento das famílias constituídas só por idosos (44%), reforçam os níveis de vulnerabilidade social.

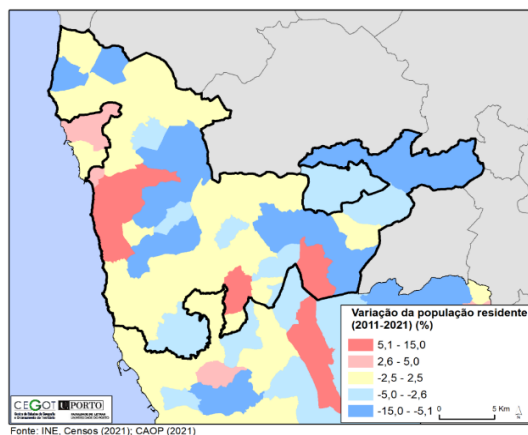
Perfis territoriais da população residente por níveis etários. 2021



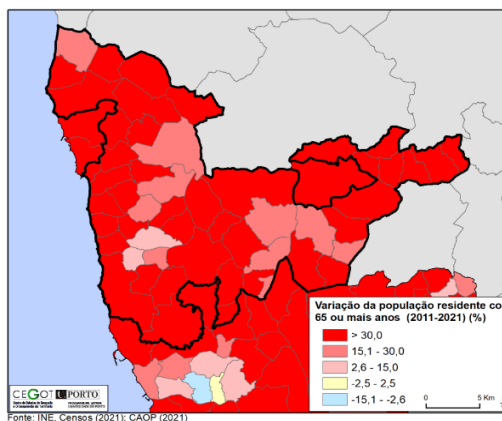
Densidade populacional, 2021



Variação da população residente total, 2011/2021



Variação da população residente com 65 ou mais anos, 2011/2021



Fonte dos dados: INE, Censos

Economia e Emprego

Desencadear transformações profundas na economia, atendendo aos limites ecológicos e contribuindo para a prosperidade de todos, é atualmente o grande desafio. Isto requer uma reinvenção nas formas como produzimos, consumimos e vivemos coletivamente, o que significa desencadear transições nos sistemas económicos que levem em conta o capital natural. Os atores e as políticas locais podem desencadear novas estratégias e novas práticas de forma sistémica.

No TI, as atividades industriais evidenciam-se na empregabilidade da população residente. Em 2020, o setor secundário empregava mais de 40% da população ativa, enquanto as atividades do setor terciário eram exercidas por quase 60%. O setor primário, embora mais residual, tem, ainda assim, uma importante presença. Continua a existir pluriatividade e plurirrendimento, com as atividades industriais, de serviços e da construção civil a coabitarem, muitas vezes, com as atividades agrícolas. As necessidades de recursos humanos para as diferentes atividades têm vindo a atrair, nos últimos anos, ativos imigrantes.

Em termos de variação dos residentes empregados (2011-2021), houve uma queda significativa (o TI perdeu cerca de 22 mil empregos). Em termos de atividades, é a confeção de artigos de vestuário que regista as perdas mais fortes, seguida da construção civil, que possivelmente já recuperou, do comércio a retalho e dos serviços, e ainda, dos ativos na agricultura temporária. Pelo contrário, são as atividades de consultadoria e programação informática e os empregos ligados ao setor automóvel que mais crescem em emprego.

Em 2019, registam-se 2.291 **produtores agrícolas singulares** (35% na Póvoa do Varzim, 22% em Vila do Conde e 20% em Santo Tirso). Entre 2009 e 2019 registou-se uma diminuição significativa do n.º de produtores agrícolas (- 17,5%).

A idade média dos produtores singulares é alta (56,6 anos) e os níveis de escolaridade baixos (7,8% sem escolaridade e 74% só com o ensino básico). Ainda assim, ressalva-se que 11,3% dos produtores agrícolas têm qualificação superior, o que é um potencial local, para desencadear processos de transição na agricultura.

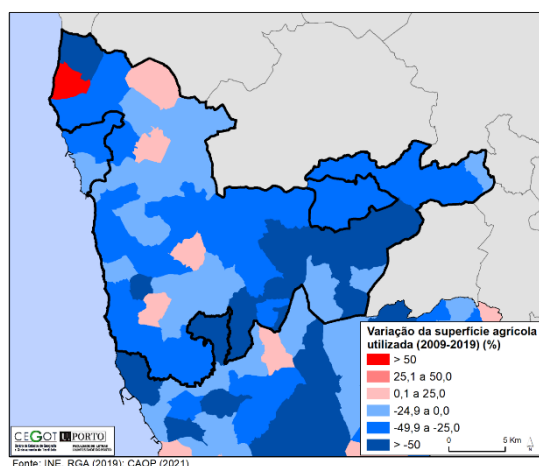
Nas últimas décadas, as explorações por conta própria diminuem, mas continuam a reforçar a sua importância relativa. Entre 2009 e 2019 regista-se uma diminuição no n.º de explorações agrícolas existentes (-10,5%). Dominam as explorações com superfícies <5ha (em 2019).

A população agrícola familiar diminuiu imenso -38,9%, situando-se nos cerca de 6000 indivíduos, em 2019. Esta diminuição reflete o reforço da especialização e da profissionalização da atividade agrícola.

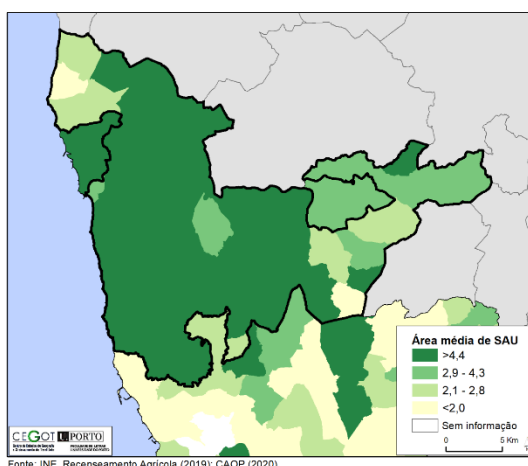
No TI, em 2019 a **Superfície Agrícola Utilizada (SAU)** corresponde a cerca de 14 mil hectares. Entre 2009 e 2019, a SAU diminuiu em todo o TI (-4,2%), mas a retração foi mais evidente em Matosinhos (-15,5%) e na Maia (-10,9%), refletindo a pressão urbanística metropolitana. Comparativamente ao Noroeste, praticamente todo o TI possui uma área média da SAU elevada (4,4 ha).

Entre 2009 e 2019, diminui a SAU das culturas temporárias e pousio (-1.162ha) e das hortas familiares (-19ha), mas aumenta a SAU das culturas permanentes (+97ha) e das pastagens. permanentes (mais 454ha). Em 2019, continua a dominar a SAU ocupada pelas culturas temporárias e o pousio (12 771ha, 88,8%).

Variação da Superfície Agrícola Utilizada, 2009-2019 (%)



Área média da Superfície Agrícola Utilizada (ha), 2019



Fonte dos dados: Recenseamento Agrícola (2009 e 2019).

Fileiras Produtivas - Agricultura

O TI integra a bacia leiteira do Entre-o-Douro e Minho que representa o sistema intensivo de bovinicultura leiteira, expressivo na paisagem pela dominância das culturas forrageiras. A terra arável disponível é particularmente destinada à produção de culturas forrageiras, sobretudo para a alimentação dos animais. No Litoral Rural, a bacia leiteira estendem-se desde a Póvoa de Varzim e Vila do Conde, até à Maia e Matosinhos. Em termos de indústrias agroalimentares, o emprego nos laticínios e no abate de animais e preparação da carne estão em queda.

A fileira hortícola tem uma forte expressão territorial na faixa arenosa litoral do município de Póvoa de Varzim, nas chamadas terras de areia, que se expandiram nos finais do século XIX constituindo campos em forma de “masseira”. Uma boa parte do processo produtivo é endógeno (viveiros, logística, etc.). Tradicionalmente, assentes em estruturas de trabalho familiar, esta prática evoluiu para uma horticultura intensiva assente em sistemas de distribuição diversificados, nuns casos a exploração interioriza a distribuição, noutros existem estruturas associativas ou empresariais que procuram ganhar escala nos circuitos de comercialização. Na paisagem do TI, emergem também as produções hortofrutícolas, com um carácter disperso e pulverizado, com múltiplas relações com os mercados locais e regionais, dependendo do volume da produção. Concluindo, neste território existe capacidade de impulsionar cadeias curtas de fornecimento de produtos hortícolas e frutícolas, aproveitando a proximidade ao mercado de consumo do Grande Porto.

Na fileira vitícola ocorreu um processo de reordenamento da estrutura produtiva, que resultou numa maior concentração territorial, com uma diminuição da produção nos territórios de menor aptidão vitícola. A fileira é cada vez mais relevante em termos de criação de valor regional e níveis de exportação. O vinho produzido, predominantemente vinho branco, é maioritariamente um vinho de denominação de origem produzida (DOP) e

de indicação geográfica protegida (IGP). A vinha marca sobretudo a paisagem dos concelhos de Santo Tirso e da Trofa.

Nos canais de comercialização, têm vindo a aparecer associações de produtores e entrepostos comerciais que facilitam os canais de distribuição curta e a distribuição para as grandes superfícies, localizadas sobretudo no Grande Porto. Em termos de unidades de transformação agrícola, destacam-se as unidades ligadas ao setor leiteiro e à horticultura.

Como os sistemas atuais contribuem fortemente para as ameaças ambientais, a alimentação tem um papel fundamental a desempenhar nas mudanças e nas transições para a sustentabilidade.

É preciso reforçar o verde urbano produtivo de proximidade. Para isso, é preciso dinamizar a agricultura local regenerativa e promover comportamentos sustentáveis e saudáveis nas populações. O setor agrícola deve incentivar práticas mais regenerativas, circulares e com maior envolvimento das comunidades locais. O comércio de alimentos deve privilegiar a produção local, valorizando a diversidade da oferta e a alimentação de qualidade, mais saudável. Isto significa que se tem de promover junto dos agricultores comportamentos e práticas agrícolas. É também necessário reconverter os campos agrícolas abandonados, transformando-os em espaços de cultivo ao serviço do consumo metropolitano. Já existem iniciativas em curso que devem ser alargadas.

Recursos naturais e culturais

A paisagem precisa de ser valorizada através de intervenções que conduzam a uma gestão mais sustentada dos espaços agrícolas e florestais, valorizando-os enquanto ativos ambientais. A qualificação é conseguida dando uso e funcionalidade aos territórios abandonados, através do cultivo de áreas com aptidão agrícola e da regeneração natural de bouças/matras enquanto florestas periurbanas de fins múltiplos. Neste âmbito, as áreas aridas têm de ser prioritárias em matéria de gestão e qualificação. Esta qualificação tem também de ter em vista a promoção, o abastecimento e o usufruto local / metropolitano de produtos e recursos com baixa pegada ecológica e certificados, potenciando os produtores locais, o autocultivo, a criação de cadeias curtas de distribuição e de logística suave.

Assim, é preciso promover uma gestão ativa dos sistemas agroflorestais. Estas áreas, de um modo geral, são propriedade privada o que implica necessariamente o envolvimento e adesão dos proprietários. É preciso reestruturar as cooperativas agrícolas e as organizações de produtores, numa lógica produtiva e comercial ao serviço de um desenvolvimento mais sustentável.

É preciso valorizar as comunidades e as vivências urbano-rurais. A dinamização da vivência comunitária deve assentar no reconhecimento e valorização dos ativos ambientais locais, promovendo a sua apropriação coletiva. A requalificação dos espaços públicos deve conviver com a valorização de modelos mais saudáveis e sustentáveis, assentes em projetos ecológicos que reduzam a pressão sobre os recursos naturais (água, solo, biodiversidade, energia, etc.) e contribuam para um maior conforto bioclimático, alicerçadas numa ampla e continuada ação em matéria de promoção e educação ambiental.

No que respeita à **floresta**, reparte-se entre a mata e as bouças dispersas pela área das colinas e alvéolos (entre as cotas dos 50 e 300 metros), e a floresta de produção dependente da indústria transformadora da fileira florestal. A floresta tem uma presença significativa na paisagem do TI, sobretudo floresta de eucalipto, que em alguns territórios, corresponde a mais de 50% da área total (p.e., na freguesia de Covelas, na Trofa, e em várias freguesias de Santo Tirso – na UF de Santo Tirso, Couto e Burgães, na UF de Lamelas e Guimarei e em Água Longa).

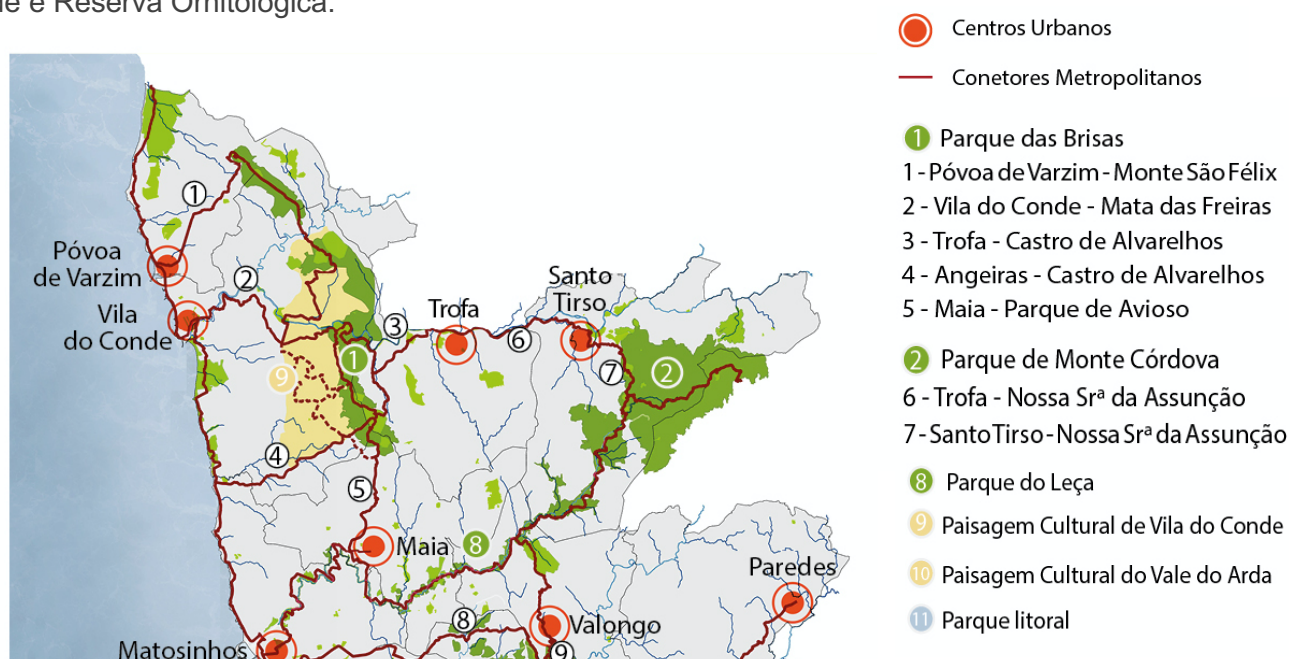
Segundo a COS, entre 1995 e 2018, a perda de área florestal foi transversal a todo o TI, com exceção da Trofa. A paisagem florestal diminuiu 829ha (-5%): as perdas são sobretudo pelo decréscimo das florestas de resinosas (-47,3%), com uma perda significativa de pinheiros-bravos (-51,8%). Por outro lado, houve um crescimento da floresta de folhosas (+15,5%), particularmente pelo aumento da floresta de eucaliptos (+17%).

Tendo uma área florestal extensa, é imperativo a valorização destes recursos naturais e a manutenção da identidade local, preservando a paisagem e promovendo a defesa dos valores ambientais. A grande incidência das atividades no setor agroflorestais, fortemente enraizadas em todo o tecido territorial, revela-se fundamental à valorização do sistema natural, à manutenção da identidade local, quer ao nível da preservação da paisagem, quer da defesa dos valores ambientais. A extensa presença de espaço florestal aumenta a suscetibilidade ao risco de incêndio: 16,8% do território é vulnerável à ocorrência de incêndios.

É preciso promover a qualificação das florestas periurbanas. Para isso, deve-se promover a reconversão de bouças e matas abandonadas em ecossistemas de espécies autóctones, devendo praticar-se a regeneração do coberto vegetal e privilegiar as oportunidades de constituir continuidades ecológicas estratégicas, procurando integrar estratégias de defesa contra incêndios, recuperar áreas ardidas e potenciar usos de recreio e usufruto ambiental.

Os valores patrimoniais têm uma importância estratégica para o desenvolvimento local, sendo uma oportunidade para o TI a constituição de uma rede de Parques, Sítios e Corredores Verdes que valorize a qualificação dos ativos ambientais. Tendo já avançado uma iniciativa no Vale do Leça, é de ponderar a dinamização de outros parques e corredores: Parque das Brisas mobilizando os municípios da Póvoa de Varzim, Trofa, Vila do Conde, Maia e Matosinhos e incorporando a paisagem cultural de Vila do Conde; Parque do rio Ave, englobando os municípios de Santo Tirso, Trofa e Vila do Conde.

Verifica-se, assim, a existência de um importante património natural, com elevado potencial de aproveitamento por via de atividades de lazer e turismo. Destacam-se os rios Ave e Leça, as serras, e a PPR do Litoral de Vila do Conde e Reserva Ornitológica.



Fonte: Proposta de atualização da Rede de Parques (2018), no âmbito da AMP2030, passando a contemplar o Parque do Ave.

O TI caracteriza-se pela abundância e qualidade de recursos patrimoniais, enquadrados em diferentes períodos históricos e distribuídos por toda a sua área de abrangência. Além disso, temos a presença de um significativo património industrial. A dinâmica local de incubadoras empresariais reaproveitou nos últimos anos algum deste património edificado. Contudo, continuam a existir edifícios abandonados e em mau estado de conservação, marcando a paisagem e os ritmos de antigas fases de industrialização.

O TI representa uma extensa área de interface urbano-rural de proximidade a uma grande aglomeração urbana. Esta posição potencia o usufruto dos espaços florestais e de natureza (parques, passadiços, quintas e azenhas, atividades de enoturismo, etc.). Os pequenos centros rurais existentes, ao longo de todo o TI, são uma oportunidade para a criação de aldeias inteligentes direcionadas para a atividade turística e/ou potencialmente atrair nómadas digitais. Os recursos e o vasto património cultural são fatores de grande potencial turístico.

Nos últimos anos, o TI registou um crescimento da atividade turística, em termos de proveitos, dormidas e hóspedes, sendo uma alternativa ao alojamento turístico do centro da metrópole. Verificou-se um aumento de 43,9% nas dormidas, entre 2017 e 2022, destacando-se um crescimento das dormidas de hóspedes portugueses (representam mais do dobro das dormidas dos hóspedes estrangeiros). A oferta hoteleira aloja 87,9% das dormidas, mas o alojamento local (com 10 ou mais camas) é o segmento que apresenta maior crescimento (206%) alojando, em 2022, 10,5% dos hóspedes.

Os proveitos acompanharam o crescimento das dormidas, com um aumento de 57,5% dos proveitos hoteleiros e 188% dos proveitos de alojamento local, face a 2017. Os proveitos provenientes da hotelaria representam 97,8% dos proveitos totais nos estabelecimentos de alojamento turístico.

No período pós-COVID-19, a dinâmica é positiva e de recuperação. O TI conseguiu aumentar a sua capacidade nos alojamentos turísticos em 25% (2017-2021) e 17% face a 2020 e a procura e os proveitos provenientes dessas estadias mostram também sinais de recuperação. Genericamente, podemos concluir que o sistema turístico ainda tem grandes margens para crescimento e articulação institucional e também territorial.

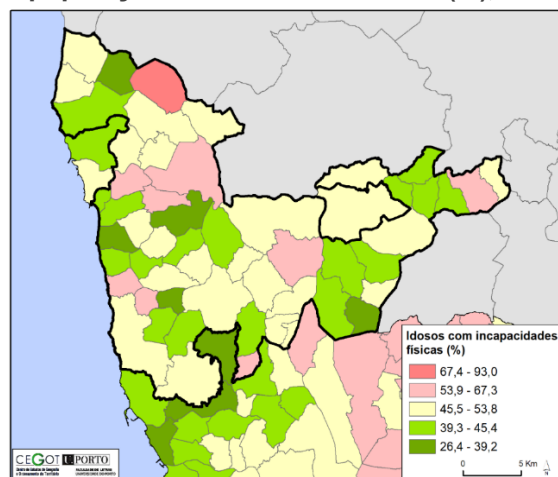
Produção, infraestruturas e serviços básicos

No que respeita à **produção de proximidade**, é preciso dinamizar sistemas alimentares sustentáveis, que assegurem a segurança alimentar, aumentem a autossuficiência e melhorem a acessibilidade a alimentos de alta qualidade. Como foi referido, no TI a autoprodução, a agricultura familiar e as hortas têm um papel fundamental na estrutura familiar, sobretudo junto das camadas populacionais mais idosas. De futuro, reconhece-se a necessidade de rentabilizar a proximidade urbano-rural em prol da transição alimentar p.e., através das cadeias curtas alimentares urbano-rurais (hortas, produtos frescos), do incremento da utilização dos mercados locais e da compra direta ao produtor.

É preciso gerir a proximidade e reorganizar os quotidianos, garantindo que pessoas satisfazem as necessidades básicas na proximidade dos sítios onde vivem e trabalham. Além disso, temos de criar condições para que os consumos sejam mais sustentáveis e para isso é necessário perceber o metabolismo urbano-rural. O TI tem aqui um papel importante enquanto produtor de proximidade, oferecendo alimentos mais saudáveis e de maior qualidade.

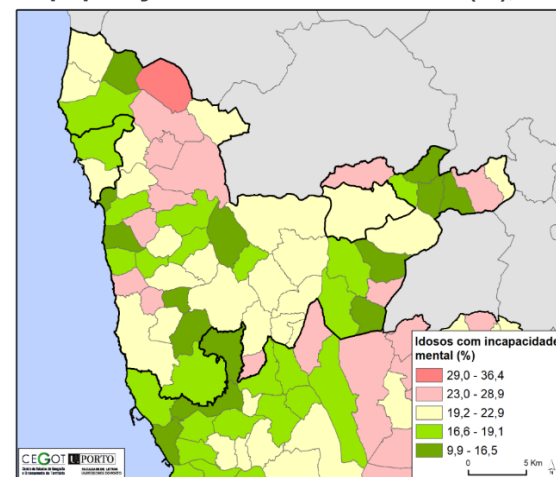
Relativamente ao acesso aos serviços pessoais, os níveis de envelhecimento demográfico evidenciam a necessidade de equacionar uma intervenção dirigida ao bem-estar e à qualidade de vida das pessoas mais idosas. Em 2021, no TI revelam-se algumas situações de vulnerabilidade social associadas ao envelhecimento da população, devido aos elevados níveis de isolamento dos idosos e às dificuldades de acesso a serviços básicos. Além disso, as condições físicas e mentais dos indivíduos pioram com o envelhecimento: idosos residem sós (43,6%); idosos têm incapacidades físicas (47,4%); idosos têm incapacidades mentais (14%). A boa acessibilidade aos cuidados de saúde primários e aos cuidados de saúde continuados ainda não é uma garantia para toda a população residente, nomeadamente para os mais idosos, com várias incapacidades físicas e mentais.

Idosos com incapacidades físicas no total de população com 65 ou mais anos (%), 2021



Fonte: INE, Censos (2021); CAOP (2021)

Idosos com incapacidades mentais no total de população com 65 ou mais anos (%), 2021



Fonte: INE, Censos (2021); CAOP (2021)

Fonte dos dados: INE, Censos (2021).

No que respeita às **infraestruturas e serviços à economia**, o TI beneficia de boas acessibilidades e de áreas de acolhimento empresarial. Na proximidade, sobretudo no Grande Porto, localizam-se importantes centros de produção de conhecimento e formação avançada e especializada (universidades, centros tecnológicos e escolas profissionais especializadas), existe uma oferta diversificada de serviços dirigidos às empresas e, ainda, pode dispor de entidades de suporte ao desenvolvimento local e regional (associações empresariais, profissionais, entre outras). Isto também significa que existe uma estrutura institucional de suporte à investigação e à inovação dos diferentes setores económicos, designadamente na agricultura, agroalimentar e bio economia.

No âmbito da **ocupação dispersa e mobilidade**, trata-se de um território com um povoamento onde domina a ocupação dispersa, muito característico das áreas periurbanas. A população residente no TI continua a privilegiar nos seus movimentos pendulares de casa para o trabalho ou para a escola, o automóvel. Em 2º lugar, surge o transporte coletivo e, em 3º, os modos suaves (a pé e de bicicleta). A redução da pegada de carbono depende

nomeadamente da diminuição do uso do automóvel e do aumento da eletrificação na mobilidade urbana e logística.

Sustentabilidade e Clima

As alterações climáticas exigem políticas de adaptação e mitigação. Espera-se mais calor e chuvas extremas. Com a expansão urbana houve uma crescente pressão sobre os recursos hídricos, passando a ser crucial a gestão das águas, das inundações e do aumento do nível do mar. É preciso desenvolver infraestruturas adaptáveis e sustentáveis com um foco na eficiência dos recursos, água, resíduos e energia.

No TI registam-se algumas oscilações anuais no que respeita à temperatura média do ar, e os registos mais recentes dão conta de uma tendência gradual de aumento da temperatura média (em cerca de 1°C), quando os valores médios rondam os 12°C e os 24°C. Os valores de temperatura mínima e máxima do ar têm mostrado uma tendência para aumentar ao longo dos últimos anos. Os aumentos são mais significativos na temperatura mínima do ar. De acordo com os registos de temperatura mais recentes, a temperatura mínima ronda os 11,6°C e a temperatura máxima situa-se, em média, nos 20,5°C.

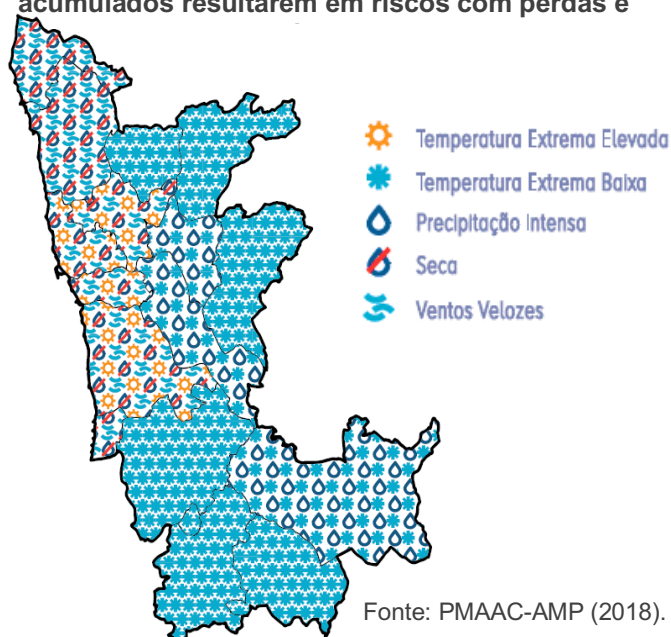
Nestes territórios, a precipitação total anual tem registado uma tendência para diminuir, tanto no período húmido como no período seco, embora os valores mostrem irregularidades.

As alterações climáticas, a escassez de recursos e o crescimento dos riscos naturais, exigem refletir o desenvolvimento numa perspetiva urbano-rural.

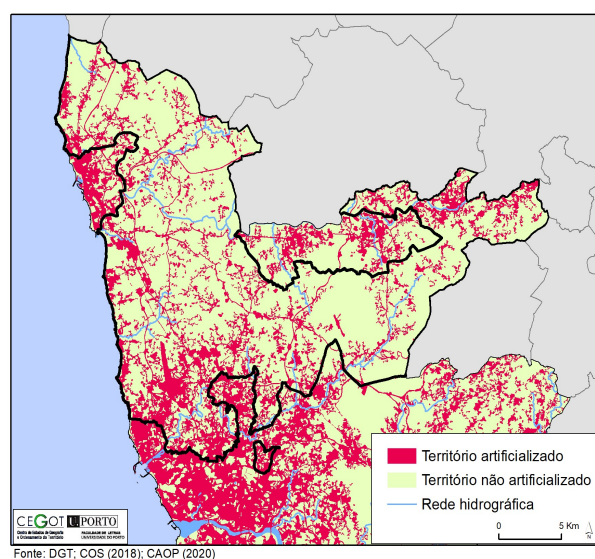
As alterações registadas nas últimas décadas em termos de artificialização do solo e distribuição do edificado têm implicações em termos de desempenho ao nível da sustentabilidade destes territórios. Entre 1995 e 2018, os territórios artificializados aumentaram 30%, enquanto os sistemas agroflorestais e os recursos naturais (agricultura, pastagens, matos e espaços descobertos ou com pouca vegetação) perdem expressão. É preciso promover a regeneração dos espaços construídos, densificando e contrariando a expansão urbana e o desperdício do solo, e ativando práticas que promovem a melhoria significativa da qualidade de vida dos cidadãos.

A exploração agrícola intensiva, como acontece no TI, tem impactos em termos de poluição e contaminação dos solos, pelos efluentes produzidos, o uso abundante de fertilizantes e inseticidas, ou pela irrigação realizada em grande dimensão. A produção de efluente por atividade pecuária é elevada nos concelhos de Vila do Conde, Póvoa do Varzim e Santo Tirso. A pior situação de Vila do Conde deve-se à maior produção de azoto e de fósforo de origem animal (kg). Deve-se intensificar a implementação de soluções coletivas de valorização e tratamento de efluentes.

Distribuição geográfica da probabilidade de ocorrência de eventos climáticos extremos acumulados resultarem em riscos com perdas e



Território artificializado



Fonte dos dados: COS (2018)

No que respeita à **gestão da água**, existe hoje uma maior consciência sobre o papel da água enquanto recurso estratégico vital, essencial para os ecossistemas, mas também para as populações e suas atividades

económicas e sociais. Existe o perigo de escassez e, simultaneamente, de cheias e inundações. Estes fenómenos decorrem da mudança climática e dos fenómenos extremos de secas, cheias e inundações, do grande aumento da procura e do consumo, da contaminação das massas de águas e dos intensos processos de urbanização e ocupação dos solos, etc. A prioridade na eficiência hídrica é indiscutível e essencial seja qual for o ponto de vista, ambiental ou económico ou a perspetiva temporal, imediata ou a longo prazo.

Atendendo às cargas estimadas, as massas de água superficiais apresentam-se num estado insatisfatório (inferior a Bom), com pressões significativas provenientes da poluição difusa da pecuária (carga anual de azoto) que potencialmente pode ser exportada para os recursos hídricos. A produção pecuária, (essencialmente bovinicultura em regime intensivo), fortemente concentrada no TI, gera grandes preocupações do ponto de vista ambiental.

Concluindo, é fundamental adotar modos de produção sustentáveis atendendo aos desafios do Green Deal: garantir o encaminhamento e destino adequado para os efluentes pecuários; manter atualizados e disponíveis os registos referentes à gestão de efluentes pecuários; aplicar o Código de Boas Práticas Agrícolas; utilizar as melhores tecnologias disponíveis; respeitar as regras da condicionalidade nas explorações agrícolas, florestais e pecuárias; manter e recuperar galerias ripícolas; promover a conservação do solo; gestão economicamente eficiente da água; melhorar a gestão da água e promover a eficiência na sua utilização.

Relativamente à **emissão de gases poluentes**, a diminuição da emissão de gases poluentes é estratégica em termos de sustentabilidade e alterações climáticas. Entre 2015 e 2019, os gases com efeito de estufa (GEE) permaneceram no topo das emissões (+ 3.700 kton, em 2019), com um aumento de cerca de 7,2%. A indústria e a eletricidade (1.629 kton, 43,6%), os transportes (1.341 kton, 35,9%) e a residência e os serviços (303 kton, 8,1%) são os setores mais emissores de GEE.

Em Vila do Conde e na Póvoa de Varzim, as emissões de gases com efeito de estufa provenientes do setor agrícola são substancialmente expressivas, superiores ao setor industrial e eletricidade e ao setor residencial e dos serviços.

Embora com ligeira diminuição face a 2015, as emissões de substâncias acidificantes e eutrofizantes continuam significativamente altas.

Os transportes, a indústria e a eletricidade permanecem como os setores emissores. Reduzir as emissões no TI depende também do desempenho da mobilidade e dos transportes, da eficiência energética dos edifícios e das indústrias, e do reforço da utilização de fontes de energia de baixo teor de carbono.

Transição energética e digital

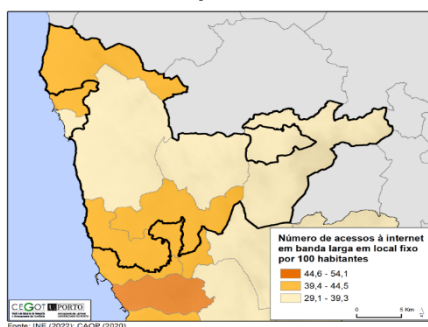
No contexto regional, o TI tem um potencial intermédio de produção de energia eólica, apresentando algumas áreas com menor sensibilidade ambiental e patrimonial, potencialmente propícias para a localização de unidades de produção de eletricidade renovável.

É preciso reforçar as redes e melhorar o acesso a ferramentas e redes digitais, não só relativamente às residências, mas também aos restantes setores socioeconómicos, designadamente ao agrícola.

O edificado existente apresenta um mau desempenho energético, exigindo transformações profundas na construção e na reabilitação dos edifícios.

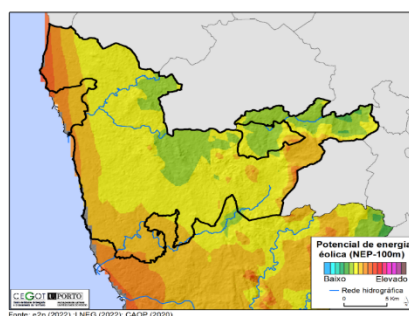
Os baixos níveis de eficiência energética dos edifícios habitacionais são um desafio, não só em termos de ineficácia dos territórios no que respeita à transição energética, mas também de necessidades face às insuficientes condições de conforto térmico de um grande n.º de famílias.

Acesso à internet de banda larga em local fixo por 100 habitantes

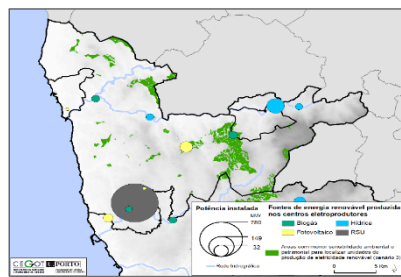


Fonte dos dados: INE (2022).

Potencial de energia eólica

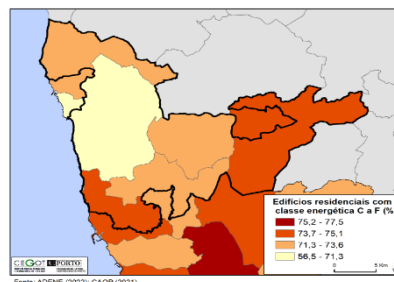


Centros electrodutivos de energia renovável e áreas com menor sensibilidade



Nota: O LNEG propõe que o cenário 3 seja o preferencial, uma vez que acautela também os recursos hídricos, subterrâneos, vitais para o país.

Edifícios residenciais



Fonte dos dados: ADENE

Governança local, inovação social, cidadania e sociedade civil

A boa governança eficaz e eficiente é um fator essencial para o sucesso da implementação da EDL. Contudo, aquela não é um fim em si própria, mas antes um instrumento e um processo que agrega atores, formais e informais, dos setores público e privado, organizados e comprometidos que interagem para cocriar e realizar uma estratégia.

Assim encarada, a boa governança pressupõe algumas dimensões fundamentais que estão presentes nesta proposta e, consequentemente, no TI do Litoral Rural que se traduzem na existência de: (i) uma estratégia, compreendendo uma visão, desafios e objetivos de desenvolvimento claramente identificados para o território, assumidos e partilhados pelos atores locais; (ii) Uma parceria constituída por um grupo de atores relevantes, institucionais e empresariais, comprometidos com os objetivos e com capacidade para garantir a sua prossecução e realização; (iii) Capacidade institucional e organizativa, interna e externa, designadamente para: garantir os recursos financeiros necessários; assegurar a informação e a capacidade técnica essenciais; legitimar e a tomada de decisões, introduzir ajustamentos para prosseguir os objetivos; cooperar com outros espaços territoriais e institucionais, garantindo a conectividade do território; (iv) deter experiência colaborativa na execução de estratégias e dos projetos que a corporizam.

A inovação social, por seu turno, constitui também um instrumento fundamental para experimentar soluções para problemas que se colocam às sociedades atuais, designadamente às comunidades rurais. O TI, tem procurado respostas inovadoras para problemas que muitas vezes carecem de soluções mais ajustadas, informais, obtendo resultados mais adaptados ao contexto rural. A Parceria que constitui o GAL tem vindo a implementar e pretende aprofundar a identificação de novas respostas, serviços, práticas e modelos, que simultaneamente atendem às necessidades sociais e geram novas relações ou colaborações entre entidades públicas, sociedade civil ou organizações privadas, beneficiando a sociedade e potenciando a sua capacidade de atuação.

O próprio GAL resultada da ação colaborativa da sociedade civil organizada através do seu tecido institucional que se encontra adequadamente representado na parceria. Todavia, a participação dos cidadãos na construção das estratégias bem como o seu envolvimento nos processos de decisão e de execução constitui um objetivo a prosseguir na medida em que contribui para o seu sucesso e apropriação por parte da comunidade. No âmbito da preparação desta EDL a comunidade e população em geral residente e/ou a exercer funções no TI foi chamada a pronunciar-se, por diversas formas e instrumentos, designadamente através da resposta ao inquérito.

5. DESAFIOS, ENFOQUES TEMÁTICOS E OBJETIVOS DA EDL

A proposta de EDL Litoral Rural 2030 assenta no diagnóstico e análise SWOT que foi objeto de análise e de confrontação nos diferentes momentos de discussão e cocriação organizados. A EDL apresenta três níveis de definição estratégica consubstanciados nas seguintes componentes: i) na **Visão** que expressa as aspirações das comunidades rurais no horizonte temporal 2030; ii) nos **Desafios/ /Enfoques (Áreas de intervenção)** que se colocam ao TI e como este se propõe enfrentá-los; iii) nos **Objetivos Estratégicos** que corporizam a proposta de atuação e que permitem concretizar a EDL, garantindo o alinhamento e a coerência com as estratégias regionais e sub-regionais. A definição da EDL procurou incorporar as principais aspirações dos agentes locais e regionais, no sentido de incentivar e alavancar uma ação conjunta que se revela vital para a sua concretização e legitimação. Detalham-se de seguida todas as componentes da EDL.

Visão

Em 2030, beneficiando da interdependência e proximidade ao litoral e ao urbano, o Território de Intervenção será um espaço rural, socialmente mais coeso, referencial de qualidade de vida, cuja dinâmica económica atraindo e retendo residentes, visitantes, atividades e iniciativa empresarial.

Desafios da Macro Estratégia, Enfoques / Áreas de intervenção Objetivos Estratégicos

A EDL Litoral Rural 2030 pretende dar resposta a um conjunto de desafios com que o TI está confrontado e que importa superar, identificados no exercício de diagnóstico e na construção da análise SWOT, em consonância com o trabalho de auscultação das comunidades locais levado a cabo pela LITORALRURAL. Este conjunto de desafios do estão consubstanciados em cinco áreas de intervenção/enfoques temáticos, respetivos objetivos estratégicos e resultados que se espera concretizar com a implementação da EDL (% de alocação de verbas FEADER)

Desafio	Área de Intervenção/ Enfoque	Objetivo Estratégico	Result
A-Reforçar o verde urbano produtivo, dinamizando uma agricultura local circular e regenerativa (água, energia, resíduos, solo, etc.)	1-Agricultura e florestas regenerativas	1.1-Aumentar a eficiência na utilização dos recursos e apoiar investimentos com vista à transição energética (ex. participação mercado carbono), climática e digital; 1.2-Reconverter campos agrícolas abandonados transformando-os em espaços produtivos e gerir os sistemas agroflorestais (ex. apoiar certificação serviços ecossistema, (re)arborização); 1.3-Atrair e reconverter RH qualificando-os de acordo com as necessidades; 1.4-Potenciar o empreendedorismo, os serviços partilhados e a cooperação.	R.37 R.39 R.9 R.10 R.15 R.17 R.18
B-Desencadear e apoiar transformações e a diversificação da economia local, atendendo aos limites ecológicos e contribuindo para a prosperidade das gerações atuais e futuras			
C-Colmatar as carências dos diversos sectores em recursos humanos qualificados, atrair novos ativos e rejuvenescer a mão de obra			
D-Dinamizar sistemas alimentares sustentáveis, seguros e autossuficientes e promover os produtos locais de qualidade aproveitando a proximidade dos mercados consumidores	2-Bioeconomia circular e alimentação sustentável	2.1-Impulsionar as cadeias curtas de comercialização de produtos agroalimentares; 2.2-Desenvolver sistemas de alimentação e nutrição resilientes, funcionais, seguros, sustentáveis e circulares; 2.3-Estimular a produção e utilização de bioenergia e biocombustíveis; 2.4-Apoiar a inovação produtiva e investigação aplicada, próxima do mercado e das explorações.	R.37 R.39 R.9 R.10 R.15
E-Aposta na investigação e inovação de processos e desenvolvimento de novos produtos			
F-Valorização dos ativos ambientais e da biodiversidade	3-Capital Natural, Cultura e Turismo	3.1-Consolidar a rede de parques, sítios e corredores verdes valorizando os espaços naturais e promovendo a sua fruição; 3.2-Reconverter matas abandonadas em ecossistemas sustentáveis de espécies autóctones; 3.3 Concretizar as ações de mitigação dos riscos previstos nos PMP Florestas contra Incêndios; 3.4-Preservar e promover as tradições e o património cultural das comunidades rurais; 3.5-Diversificar e qualificar a oferta de produtos e experiências turísticas diferenciadas e complementares.	R.37 R.39
G-Preservação e valorização do património cultural, material e imaterial, mantendo a singularidade das vivências rurais comunitárias			
H- Tornar-se uma alternativa à concentração turística do Grande Porto, na oferta de alojamento e de experiências turísticas de base rural diferenciadoras e autênticas			
I-Incrementar a coesão social, a qualidade de vida e o acesso aos serviços de proximidade	4-Inclusão social e Qualidade de Vida	4.1-Promover hábitos de vida saudáveis e ações que conduzam ao envelhecimento ativo da população; 4.2-Integrar os trabalhadores migrantes e suas famílias nas comunidades;	R.40 R.41 R.42
J-Regenerar e reabilitar os pequenos centros rurais			

		4.3-Promover a igualdade de género; 4.4-Experimentar, testar e avaliar soluções inovadoras para combater as vulnerabilidades e problemas sociais, designadamente apoio domiciliário à 1ª infância e 3ª idade; 4.5-Salvaguardar e qualificar os núcleos rurais (Aldeias Inteligentes)	
K-Capacitar o tecido institucional, a cooperação e o trabalho em rede em prol do desenvolvimento local e da inovação	5-Governança e Capacitação institucional	5.1-Reforçar o envolvimento ativo do tecido institucional na operacionalização e dinamização da EDL e divulgação dos apoios; 5.2-Capacitar e qualificar as instituições locais para a intervenção colaborativa, nomeadamente dirigida ao setor cooperativo; 5.3-Promover a participação ativa dos cidadãos e das comunidades nos processos de desenvolvimento; 5.4-Cooperar com territórios congêneres tendo em vista a qualificação da ação do GAL e a troca de experiências.	R.40

NECESSIDADES		ENFOQUES				
		1-Agricultura e florestas regenerativas	2-Bio economia circular e alimentação sustentável	3. Capital Natural, Cultura e Turismo	4. Inclusão social e Qualidade de Vida	5. Governança e Capacitação institucional
P R I A N I C S I P	COE8N1	X	X	X		
	COE8N2			X		
	COE8N5	X	X	X		
	COE8N6	X	X			
	COE8N7	X	X	X	X	
	COE8N4	X	X	X	X	
	COE8N3	X	X	X	X	X
C O M P L E M E N T A R E S	COE1N5				X	
	COE2N1	X	X	X		
	PTOE2N1	X			X	
	PTOE4N1	X				
	COE4N5	X	X			
	PTOE4N2	X	X			
	PTOE6N1	X		X	X	
	COE6N4	X		X		
	COE6N5	X		X		
	COE6N6	X		X		
	COE7N5	X	X		X	
	COE9N5		X			X
	COE9N8	X				X
	PTOTN1	X	X		X	
	PTOTN2	X	X	X		
	PTOTN4	X	X	X		
	PTOTN3	X	X			X

6. Envolvimento da comunidade local no desenvolvimento da estratégia

A LITORALRURAL, enquanto parceiro gestor do GAL, promoveu a realização dos trabalhos necessários à construção da EDL “Litoral Rural 2030”, com o apoio dos parceiros. A construção participada da EDL e a preparação da presente candidatura tiveram por base:

- Os resultados alcançados com a implementação da EDL 2014-2020, patentes na avaliação intercalar e final da sua execução;
- Os contributos obtidos através da participação e envolvimento ativo dos atores locais (municípios, promotores de projetos, comunidade local, etc.) num conjunto de sessões de trabalho promovidas pela LITORAL RURAL no último semestre de 2022;
- Os contributos obtidos através da auscultação dos atores locais mediante a aplicação de um inquérito por questionário online, destinado aos promotores de projetos institucionais e empresariais apoiados no âmbito da EDL 2014-2020;

- A apresentação, discussão e validação da EDL Litoral Rural 2030 realizada no âmbito da reunião de direção da Entidade Gestora do GAL;
- Os contributos tendo em vista a construção e aprovação da EDL, reunidos em cada um dos 6 concelhos, num conjunto de sessões de trabalho dinamizadas pela LITORAL RURAL no 2º semestre de 2023;
- Os contactos que foram estabelecidos com os membros da parceria ao longo de todo o processo no sentido de explicitar a proposta de EDL e recolher contributos específicos na(s) respetiva(s) área(s) de atuação. Na tabela abaixo são listadas as sessões de trabalho realizadas em torno da elaboração da EDL para o período 2023-2027.

Sessão	Data	Objetivo	Pax
Santo Tirso	08/11/2022, 11h30, CM de Santo Tirso	Promover uma reflexão sobre os desafios do TI do Litoral Rural para o horizonte temporal 2030, obter contributos para a construção da EDL “Litoral Rural 2030” e esclarecer questões neste âmbito	21
Matosinhos	15/11/2022, 11h30, Merc. Mun. de Matosinhos		7
Trofa	30/11/2022, 11h00, Paços do Concelho		13
Maia	02/12/2022, 19h00, Quinta da Camposa		30
Póvoa de Varzim	07/12/2022, 12h00, Est V. Dias & CG da Estela		28
Vila do Conde	09/12/2022, 14h30, Quinta de S. Miguel de Arcos		15
Reunião Direção	12/07/2023, 10h00, Quinta dos Cónegos, Maia	Aprov da EDL Lit. Rural 2030	8
Santo Tirso	19/07/2023, 10h00, Fábrica de Santo Thyrsso	Discussão sobre os desafios do TI do Litoral Rural para o horizonte temporal 2030. Apresentação e Aprovação EDL “Litoral Rural 2030”	32
Maia	24/07/2023, 21h, Sede da JF do Castelo da Maia		28
Trofa	25/07/2023, 15h00, Paços do Concelho		10
Vila do Conde	26/07/2023, 18h00, Biblioteca Municipal		33
Póvoa de Varzim	27/07/2023, 18h30, Salão Nobre da CM		22
Matosinhos	03/08/2023, 16h00, CM de Matosinhos		15

7. Evidência de Articulação com as Estratégias Regionais e Sub-Regionais

Perspetivar o desenvolvimento das comunidades rurais implica debruçar-nos sobre os documentos estratégicos que irão influenciar a política nacional e comunitária, bem como a afetação de recursos disponíveis, nomeadamente de instrumentos de ordem financeira destinados a apoiar investimentos de natureza pública e privada, assegurando a coerência, o contributo e a articulação indispensável entre os objetivos estratégicos propostos para a EDL Litoral Rural 2030 e a Estratégia Regional Norte 2030, a Estratégia de Eficiência Coletiva RIS3 e a Estratégia sub-regional AMP 2030.

O quadro abaixo reproduzido evidencia intensidade de articulação/alinhamento da EDL Litoral Rural 2030 com as Estratégias regionais (Norte 2030 e Estratégia de Especialização Inteligente) e AMP 2030.

Estratégia Regional Norte 2030		Enfoques/Áreas de Intervenção Litoral Rural 2030				
		#1	#2	#3	#4	#5
Objetivos Estratégicos Norte 2030	OE1-Intensificação tecnológica da base produtiva regional	***	***	*	*	
	OE2-Valorização de ativos e recursos intensivos em território	***	***	***	*	
	OE3-Melhoria do posicionamento competitivo à escala global	***	***	**	*	
	OE4-Consolidação sustentável do sistema urbano policêntrico			*	***	*
	OE5-Promoção da empregabilidade de públicos e territórios-alvo	**	**	**	***	*
Objetivos Gerais Norte 2030	OT1-Acréscimo de qualificações em todos os segmentos e grupos-alvo da pop.				***	*
	OT2-Equidade vertical e horizontal no acesso a bens e serviços públicos de qual.			*	***	**
	OT3-Eficácia e eficiência do modelo de governação regional					***
Estratégia Área Metropolitana do Porto 2030 – Eixos de Intervenção						
Eixos de Intervenção	1. Demografia e coesão social				***	
	2. Habitação acessível					
	3. Saúde e qualidade de vida		*		***	
	4. Educação e qualificações				***	
	5. Inovação e competitividade	***	***	***		
	6. Transformação digital	***				
	7. Transição e eficiência energética	***	***	***	**	
	8. Economia circular e gestão de resíduos	**	***	**	*	
	9. Ativos e recursos ambientais	***	***	***		
	10. Ciclo urbano da água				*	
	11. Transportes e Mobilidade				*	

	12. Afirmação externa inteligente	*	*	*		
	13. Valorização inclusiva das comunidades				***	*
	14. Promoção da cultura e da criatividade			**	*	*
	15. Estruturação do ecossistema metropolitano					**
Estratégia de Especialização Inteligente (RIS 3)						
Domínios Prioritários RIS 3 Estratégia de especialização o Inteligente	Criatividade, Moda e Habitats		*	*		
	Industrialização e Sistemas Avançados de Fabrico	**	***			
	Sistemas Agroambientais e Alimentação	***	***	*	*	
	Mobilidade Sustentável e Transição Energética	**	**		*	
	Ciências da Vida e Saúde				*	
	Ativos Territoriais e Serviços do Turismo	*	*	***		
	Recursos e Economia do Mar			*		
	Tecnologias, Estado, Economia e Sociedade				*	***

8. Definição das Áreas de intervenção da EDL

O seguinte quadro identifica o peso percentual das verbas e metas a atingir.

RESULTADOS ESPERADOS/ENFOQUES	1-Agricultura e, florestas regenerativas	2-Bioeconomia circular e alimentação sustentável	3. Capital Natural, Cultura e Turismo	4. Inclusão social e Qualidade de Vida	5. Governança e Capacitação institucional
R.37 - Crescimento e emprego nas zonas rurais: Novos empregos apoiados no âmbito de projetos da PAC	10%	5%	5 %		
R.39 - Desenvolver a economia rural: Número de empresas rurais, incluindo empresas do sector da bio economia, desenvolvidas com apoios da PAC		5%	5%		
R.40 - Transição inteligente da economia rural: Número de estratégias «Aldeias inteligentes» apoiadas				25%	
R.41 - Interligar a Europa rural: população rural que beneficia de um melhor acesso a serviços e infraestruturas graças ao apoio da PAC				5%	
R.42 - Promover a inclusão social: Número de pessoas abrangidas por projetos de inclusão social apoiados				15%	
R.9 - Modernização das explorações agrícolas: Nº explorações agrícolas que recebem um apoio ao investimento para se reestruturarem e modernizarem, inclusive para melhorarem a eficiência dos recursos	5%				
R.10 - Melhor organização da cadeia de abastecimento: Nº de explorações agrícolas que participam em agrupamentos de produtores, organizações de produtores, mercados locais, circuitos de cadeias de abastecimento curtas e regimes de qualidade apoiados pela PAC;		5%			
R.15 - Energia renovável proveniente da agricultura, da silvicultura e de outras fontes renováveis: Investimentos apoiados na capacidade de produção de energias renováveis, incluindo a bioenergia (em MW)		5%			
R.17 - Solo florestado: Área apoiada para fins de florestação, agrossilvicultura e restauração, com respetiva repartição	5%				
R.18 - Apoio ao investimento no setor florestal: Valor do investimento total para melhorar o desempenho do setor florestal	5%				

9. Plano de Ação

Eixos Intervenção	Ações (susceptíveis de implementação para dar resposta aos Obj. EDL)
1. Agricultura e Florestas Regenerativas	- Pequenos investimentos / Modernização das explorações agrícolas; - Pequenos investimento na floresta sustentável e regenerativa; - Capacitação dos agentes.
2. Bio-economia circular e alimentação sustentável	- Investimentos na Bio economia circular de base agrícola/Florestal; - Inovação e desenvolvimento no âmbito dos sistemas agroalimentares; - Cadeias curtas de comercialização - Diversificação das atividades nas explorações agrícolas, - Apoio ao Empreendedorismo de base rural;
3. Capital Natural, Cultural e Turismo	- Valorização dos património natural e cultural, e material e imaterial; - Qualificação da oferta do turismo em espaço rural; - Valorização da experiência turística
4. Inclusão social e Qualidade de Vida	- Regeneração e reabilitação de Aldeias (Planos); - Literacia e segurança digital - Inovação Social, na 3.ª idade e infância, igualdade de género e combate à exclusão social, valorizando a diversidade;
5. Governança e Capacitação institucional	- Capacitação institucional, cooperação regional e transaccional - Iniciativas de trabalhos colaborativo e em rede; - Cidadania e a participação ativa.

Todas as freguesias que integram o Território de Intervenção, sem exceção, serão elegíveis para acolher intervenções no âmbito de qualquer medida de apoio contemplada na Estratégia de Desenvolvimento Local Litoral Rural 2030.